

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.090 - PR
(2018/0173813-8)**

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
EMBARGANTE : JHONATHAS APARECIDO GUIMARAES SUCUPIRA
ADVOGADO : JHONATHAS APARECIDO GUIMARÃES SUCUPIRA E
OUTRO(S) - PR042382
EMBARGADO : JAIME CAETANO DE PAULA
ADVOGADOS : RAPHAEL FARIAS MARTINS - PR043386
EDU ALEX SANDRO DOS SANTOS VIEIRA E OUTRO(S) -
PR046549
ANDRÉ LUÍS RODRIGUES AFONSO - PR053944

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC**. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. RECURSO PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ART. 1.026, § 2º, DO NCPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

JAIME CAETANO DE PAULA (JAIME) opôs embargos à execução que lhe move JHONATHAS APARECIDO GUIMARAES SUCUPIRA (JHONATHAS), na qual visava o recebimento de honorários advocatícios.

O Juízo de Piso julgou procedentes os embargos para declarar inexigível o título apresentado à execução, com a consequente extinção da execução, e condenou JHONATHAS a restituir JAIME a quantia de R\$ 8.621,62, devidamente corrigida (e-STJ, fls. 636/645).

JHONATHAS interpôs recurso de apelação, julgado improcedente pelo Tribunal de origem, em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS - SENTENÇA QUE ACOLHEU OS EMBARGOS - TÍTULO EXECUTIVO INEXIGÍVEL - NÃO ATENDIMENTO AO ART. 614, III, CPC/1.973 - CONDIÇÃO CONTRATUAL NÃO OBSERVADA - RESCISÃO DO INSTRUMENTO CAUSADA PELO PRÓPRIO APELANTE - SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO (e-STJ, fl. 722).

Em seguida, JHONATHAS opôs embargos de declaração, que foram rejeitados pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 751/759).

Inconformado, JHONATHAS interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, sustentando, em síntese, dissídio jurisprudencial e violação dos arts. 371 e 373, ambos do NCPC, porque as provas carreadas aos autos não foram apreciadas e o réu não fez prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do seu direito, ou seja, não ficou provada que ele é quem deu causa ao desfazimento do contrato.

As contrarrazões ao recurso especial não foram apresentadas (e-STJ, fl. 812).

O apelo nobre não foi admitido porque razões do recurso exigem o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento obstado pela Súmula nº 7 do STJ (e-STJ, fls. 813/814).

Irresignado, JHONATHAS apresentou agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 812/842), que foi conhecido para não conhecer do recurso especial em decisão monocrática de minha relatoria assim ementada:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO INEXIGÍVEL E CAUSA DE REVOGAÇÃO DO MANDATO. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM COM BASE NAS PROVAS DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO (e-STJ, fl. 854).

Nas razões destes aclaratórios, JHONATHAS alegou que o recurso especial é muito claro em suas explicações acerca da violação dos arts. 371 e 373 do NCPC e não requer reanálise de eventual conteúdo fático-probatório, uma vez que a questão posta em julgamento cinge-se ao apontamento de que não houve a correta interpretação dos artigos mencionados, no momento da análise das provas carreadas aos autos, ofendendo, assim, os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Não houve impugnação (e-STJ, fl. 866).

É o relatório.

O atual inconformismo não merece prosperar.

De plano vale pontuar que a disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Da violação do art. 1.022 do NCPC

JHONATHAS alegou que o recurso especial é muito claro em suas explicações acerca da violação dos arts. 371 e 373 do NCPC e não requer reanálise de eventual conteúdo fático-probatório, uma vez que a questão posta em julgamento cinge-se ao apontamento de que não houve a correta interpretação dos artigos mencionados, no momento da análise das provas carreadas aos autos, ofendendo, assim, os princípios da ampla defesa e do contraditório.

De acordo com a jurisprudência desta Corte, a contradição ou obscuridade remediáveis por embargos de declaração são aquelas internas ao julgado embargado, devidas à desarmonia entre a fundamentação e as conclusões da própria decisão.

Já a omissão que enseja o oferecimento de embargos de declaração consiste na falta de manifestação expressa sobre algum fundamento de fato ou de direito ventilado nas razões recursais e sobre o qual deveria manifestar-se o juiz ou o tribunal e que, **nos termos do NCPC, é capaz, por si só, de infirmar a conclusão adotada para o julgamento do recurso** (arts. 1.022 e 489, § 1º, do NCPC).

A decisão embargada foi bastante clara em asseverar que a alteração da conclusão do Tribunal de origem de que o título que embasava a execução era inexigível e que JHONATHAS deu causa à revogação do mandato demandaria a reanálise das provas carreadas aos autos, o que é inviável em sede de recurso especial ante o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

Há que se entender que o juiz é soberano na análise das provas produzidas nos autos, de modo que ele deve decidir de acordo com o seu convencimento, descrevendo as razões desse convencimento, o que foi feito no presente caso.

Assim, observa-se que não foi demonstrado nenhum vício na decisão embargada a ensejar a integração do julgado, porquanto a fundamentação adotada é clara e suficiente para respaldar a conclusão alcançada.

Em suma, a pretensão desborda das hipóteses de cabimento dos aclaratórios, previstas no art. 1.022 do NCPC.

Assim, considerando anterior advertência quanto à incidência das normas do NCPC, no que tange ao cabimento de multa, verifica-se o caráter protelatório dos presentes embargos de declaração a ensejar a aplicação da multa prevista no art.

1.026, § 2º, do NCPC.

Nessas condições, **REJEITO** os embargos de declaração, aplicando ao embargante a multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 1.026, § 2º, do NCPC.

Por fim, advirto que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao cabimento de multa (arts. 77, §§ 1º e 2º, 1.021, § 4º e 1.026, § 3º, do NCPC).

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator

